

FORMAÇÃO TÉCNICA VS. HUMANISMO. APROXIMAÇÃO CRÍTICA¹

Gerardo PEREIRA-MENAUT*

"É um traço característico da nossa época materialista que a nossa educação científica se oriente sempre quase exclusivamente para as disciplinas positivistas, quer dizer, as matemáticas, a física, a química, etc ... Ainda que isto seja muito necessário numa época em que predominam a técnica e a química, as quais manifestam, pelo menos aparentemente, os seus resultados mais visíveis na vida quotidiana, apesar disso é muito perigoso que numa nação a educação geral consista, cada vez mais exclusivamente, em tais disciplinas. Pelo contrário, a educação elementar deve ser sempre ideal, deve corresponder principalmente às disciplinas humanísticas e proporcionar os fundamentos para uma posterior formação científica especializada. De outra forma, renuncia-se a umas energias que sempre serão mais necessárias para sustentar a nação do que qualquer disciplina técnica ou de outra classe. Sobretudo não devemos afastar-nos, no ensino da História, do estudo da Antiguidade. A História de Roma, correctamente entendida nas suas grandes linhas, é e continuará a ser a melhor lição não só para o momento presente, como também para qualquer época. E também o ideal cultural helénico deve ser conservado na sua modélica beleza..."². Interrompo aqui esta forte proclamação a favor das humanidades, em particular dos estudos clássicos, para que o leitor não adivinhe quem é o seu autor. Prefiro dizê-lo eu. Pelo emprego de algumas expressões já terá dado conta que tem alguns anos, mas a sua mensagem não o fará suspeitar de que o seu autor é Adolf Hitler. O texto pertence ao *Mein Kampf*.

Seguramente que o leitor se sentirá surpreendido, quiçá inquieto, ao saber que uma figura tão pouco humana como Hitler podia ter os estudos clássicos em tão alta conta, chegando a considerá-los um elemento para a sociedade que pretendeu construir. Muitos pensarão que as humanidades, pela sua própria natureza, pelos seus conteúdos e espírito, só podem formar parte de uma educação orientada em sentido diametralmente oposto. Mas, já se vê que não é assim.

"*Noster in bellum ingressus demonstravit axem non fuisse nec esse verbum inane...*"³. Isto não é um discurso de Cícero, mas de Benito Mussolini, que se fazia traduzir em latim. Não só advogava em favor do estudo da língua clássica, como também do seu uso.

Vou fazer uma aproximação crítica às humanidades, ao seu papel na nossa sociedade e à sua relação com as ciências naturais ou positivas e respectiva aplicação prática, a técnica. Estas citações deverão ser suficientes para desfazer qualquer ilusão acerca da bondade inata das humanidades e, por conseguinte, do seu cultivo nos nossos sistemas educativos e na nossa vida intelectual.

O título deste artigo transmite a ideia de que existe uma confrontação entre as humanidades e as ciências na sua aplicação prática, a técnica. A questão é já velha, mas goza de muito boa saúde. Quase me atreveria a dizer que cada vez está mais viva, talvez porque os perigos que espreitam a formação humanística se tornam cada vez maiores e mais reais, à medida que avança a tecnificação e o consumismo na nossa sociedade. Faz tempo que existe consciência de tal confrontação e dos seus perigos - recordemos as brilhantes páginas dedicadas por Ortega y Gasset à barbarização dos especialistas -. A formulação destinada a ter mais êxito foi a de Charles P. Snow, que em 1959

pronunciou uma famosa conferência, publicada pouco depois com o sugestivo título *The Two Cultures and the Scientific Revolution*, da qual há uma edição castelhana de 1977. Pelos mesmos anos proferiu e publicou Bertrand Russel várias conferências sobre a mesma questão, lamentando-se da pouca atenção que era prestada às humanidades, sendo que, sem estas, o mundo podia avançar por caminhos muito perigosos. As ciências e as letras, a técnica e as humanidades, chegaram a ser como que duas culturas diferentes, incapazes de se comunicar. Snow, numa versão posterior que replicava às abundantes críticas recebidas, com o título *The Two Cultures and a Second Look*, recolhida na mesma edição castelhana de 1977, ia mais além do simples lamento e da simples alegação a favor das humanidades, observando atentamente quais os verdadeiros problemas da humanidade sofredora do Terceiro Mundo e o papel essencial da técnica para acabar com a fome, a pobreza e a doença. Uma atitude algo mais equilibrada e atenta aos veementes problemas do presente.

As humanidades parecem viver um momento de baixa. A sua presença nos planos de estudos do ensino médio reduziu-se até quase desaparecer em algumas disciplinas. Nem tanto na Universidade, mas a divisão das antigas faculdades de Filosofia e Letras em outras mais especializadas teve um efeito similar. O estudante de História, por exemplo, não estuda Literatura nem Filosofia, e em alguns casos até o Latim é uma matéria optativa que apenas escolhem uns poucos. O Grego desapareceu, pelo menos em algumas faculdades. Na Faculdade de Filologia encontramos a outra face da moeda: está quase ausente a História e a Geografia, enquanto que os estudos clássicos estão separados da Literatura Moderna. A Filosofia tem a sua própria faculdade, e não acompanha em absoluto nem os futuros historiadores nem os filólogos. Algumas cadeiras optativas chamadas de livre configuração nos novos planos de estudo não alteram o panorama. Utilizando a expressão de Ortega, preparamos bárbaros especializados em algum sector das humanidades. A situação é mais abrupta, naturalmente, se pensámos nas ciências e nas letras e no seu mútuo e total desconhecimento.

Não se trata apenas do ensino médio. As humanidades estão em decadência também na sociedade. Dito por outras palavras: os valores das humanidades têm muito baixa cotação no grande mercado cultural que é a vida moderna. É isto causa, consequência ou simplesmente um fenómeno concomitante do anterior? No texto que se segue encontraremos algum ensaio de resposta a esta pergunta fundamental.

Comecemos por uma pergunta obrigatória sobre a decadência das humanidades no sistema educativo. Qual é a razão para que desapareçam do plano de estudos? De imediato, a resposta é clara: porque os que elaboram as linhas mestras do sistema educativo assim o dispõem. Quer dizer, os nossos governantes não querem que se estudem as humanidades, ou que só o façam em pequena medida. Porque não o querem? É de supor que têm algumas razões sérias para tomar semelhante decisão...E devem tê-las, se não sérias ao menos grandes, porque a sua decisão não é nova, parece-se mesmo com a que os seus colegas tomam em outros países; dir-se-ia que actuam de acordo.

A primeira razão possível seria, simplesmente, que não gostam das humanidades, como os bárbaros não gostavam das deliquescências do pensamento. Isto não parece possível; em tal caso também não haveria um Ministério da Cultura, para começar. Tem de haver, pois, uma razão mais séria, à margem dos gostos e preferências das nossas autoridades. É muito ilustrativo a este respeito o caso de um político espanhol

contemporâneo, há anos na primeira fila, conhecido pela sua grande formação cultural e a sua afeição aos livros, que no princípio dos anos oitenta declarou publicamente que a Espanha era um país de letras e devia deixar de o ser.

Outra razão possível é terem as autoridades chegado à conclusão de que o modelo educativo baseado nas humanidades perdeu a sua vigência. Já não seria útil para o modelo de sociedade em que vivemos ou pretendemos viver. O cultivo das letras deveria então ficar relegado ou reservado para a dimensão privada do processo educativo, no melhor dos casos, como algo acessório ou adjectivo do importante. Tal visão da educação responderia assim a uma certa visão da sociedade, não tanto da que temos quanto da que queremos - ou alguns querem - ter. Não está escrito que essa sociedade seja a única nem a melhor, mas desde logo parece ser a que domina, desde há bastantes décadas, no âmbito da cultura europeia-ocidental. Pelo menos em princípio esta razão deve parecer-nos mais verosímil do que a anterior, e mais séria.

Posto isto, que se pode, deve ou quer fazer? Podemos tentar reintroduzir as humanidades no sistema educativo, procurando que não desapareça o que ainda resta. Podemos também esquecer-nos da questão, pelo menos na sua dimensão social, quer dizer, continuar a cultivar as humanidades em privado, mas aceitar que tenham desaparecido dos planos de ensino. Podemos fazer outras coisas. A primeira é pensar, com espírito aberto, acerca de todô este complexo fenómeno, e ver o que obteremos. Isto é o que me proponho fazer, revendo as ideias tradicionais sobre a questão, para tratar de carrear algo novo.

A visão tradicional sobre o diálogo das duas culturas tem três pontos de apoio muito claros. 1) As ciências positivas e a técnica não são boas nem más em si mesmas, tudo dependendo de como se utilizam. Existe o risco, como a história mostra até à amarga saciedade, de que se utilizem para o mal, contra os homens, a liberdade e a justiça. 2) A cultura, da qual as humanidades formam parte essencial, contém e suscita valores universais que tendem ao bem. Na vida social, a ignorância sobre questões científico-positivas é bem aceite, inclusivamente pode ser encomiada; a ausência de cultura, no sentido habitual, é totalmente repelida. A cultura é um bem em si mesma. 3) Em consequência, a ciência e a técnica devem ser guiadas pela cultura, pelas humanidades, para evitar que sejam usadas de maneira perversa. Uma formação intelectual óptima reúne conhecimentos científicos e culturais.

Vejamos o primeiro ponto. Compreenderá o leitor que sendo eu de letras me apoie em alguém de ciências. Apoiar-me-ei na conferência de Marcello Cini, que é professor de Física Teórica, do colóquio de Perugia de 1990, publicada na revista de *Ecologia Política* há um par de anos. Na visão tradicional, afirma, "a ciência descreve-nos o mundo tal e como é, revelando a sua estrutura íntima e descobrindo as leis necessárias e objectivas que regem o futuro". Para os cientistas tradicionais, "a ciência é pura racionalidade e objectividade, em substância completamente redutível a uma série de fórmulas e algarismos. Assim, cada momento do desenvolvimento da ciência seria uma etapa num processo linear de acumulação de verdades, algumas vezes parciais, mas sempre verdades". Pelo contrário, segundo Cini, "o conhecimento científico não é pura objectividade, nem pura subjectividade. O conhecimento simplesmente reflecte, nas formas e modalidades que utiliza para representar a natureza, a influência e o condicionamento do contexto social existente. Por outras palavras: a ciência dá-nos uma imagem do mundo construída e remodelada constantemente a partir de uma selecção periódica dos aspectos da realidade que em condições históricas e sociais determinadas, aparecem como problemáticas à comunidade dos que estão implicados em tal

empresa...trata-se sempre de uma imagem construída por e para nós". A ciência é pois um reflexo da sociedade, ao obedecer às preferências e preocupações ambientais: essas preocupações ambientais estão na base das atitudes do cientista, com maior ou menor consciência, de tal modo que não existe um momento ideal originário, neutro, a partir do qual se construa o edifício da ciência real. A ciência não existe à margem da sociedade, nem conceptual nem realmente, de tal maneira que os factos científicos só podem ser explicados desde a História, como bem sabem os historiadores da Ciência. A isso há que acrescentar as convicções pessoais do cientista, que podem ser mais ou menos coincidentes, em todo ou em parte, com as ambientais. Também elas determinam desde início o trabalho do investigador. O trabalho de um genetista, por exemplo, dependerá do seu conceito do homem e da natureza, e, para lá disso, das suas convicções religiosas e do seu Weltanschauung em geral. Em determinados casos, não poderá sequer imaginar a fecundação artificial, e menos ainda as experiências genéticas com animais. Há um exemplo histórico privilegiado para tudo isto, que ainda continua a chamar a atenção dos investigadores. Na época romana antiga havia um enorme caudal de conhecimentos técnicos, herdados dos gregos, que nunca foram utilizados. Só tiveram interesse para as técnicas militares de assédio a uma cidade ou coisas semelhantes. Para o demais, na vida prática, careciam de interesse. Se carecia de interesse uma máquina que permitia poupar trabalho é porque a poupança de trabalho carecia de interesse. Na sua própria formulação: a técnica desestabiliza a natureza, sendo que a natureza é a única base sólida da civilização. Existia, pois, a ciência, mas os seus resultados não se utilizaram. Havia cientistas que investigavam, levados pela sua própria curiosidade, como os haverá em todas as épocas, mas os resultados não saíam, praticamente, dos seus gabinetes de estudo. E quando o fizeram foi em circunstâncias totalmente distintas, séculos depois, no mundo árabe. A conclusão de tudo isto é de que a ciência não é uma realidade inerte ou inócua que necessite do hálito vital da ideologia ou da cultura. A ciência já está prenhe de ideologia ou de cultura, já, desde as suas origens, contém o que necessita. Se a ciência pode percorrer caminhos pavorosos não é porque lhe falte espírito, mas porque tem o espírito que tem. Definitivamente, porque a sociedade que a cria a utiliza segundo os seus próprios pressupostos, expectativas e objectivos. Sem que isso impeça quantas eventualidades ou irregularidades queiramos imaginar.

Vejamos o segundo ponto. Diz-se que a cultura, a formação humanística, suscita e contém valores universais, e que por isso é boa em si mesma. Isto é totalmente falso. Sucede antes o mesmo do que com a ciência, quer dizer, as humanidades não existem em si mesmas como algo alheio à acção dos homens, neste caso ao pensamento, algo assim como um núcleo originário imanente, depositário de tais valores indiscutíveis. Não, o humanismo é também um produto social da cultura europeia-ocidental. Uma determinada leitura dos textos clássicos e uma determinada visão da Antiguidade escolheu ideias, atitudes, valores que de facto constituíam o núcleo central da ideologia da sociedade europeia, em particular do capitalismo. O amor à pátria, a renúncia ao interesse pessoal a bem da república, todas as virtudes da elite, como o desprendimento dos bens mundanos, o estoicismo, a gravidade do senador romano, a devoção aos assuntos da política e o esquecimento das satisfações primárias por vulgares e plebeias, o esforço pela perfeição pessoal em todas as dimensões e um longo etcetra, todas estas virtudes ou atitudes do espírito junto com a consciência cristã do pecado e a conseqüente visão da vida como penitência, como vale 'de

lágrimas, estão presentes na ética calvinista que, segundo o clássico estudo de Max Weber, estimularam o crescimento do capitalismo. Mas esta não é a única leitura da antiguidade clássica.

Detenhamo-nos um pouco mais no fenómeno do humanismo. Diz-se que a sua primeira formulação é a do comediógrafo Terencio, no século II a.C. Na obra *O verdugo de si mesmo*, põe na boca de um personagem, fazendo-se eco do rifoneiro popular coetâneo, "*homo sum: humani nil a me alienum puto*" ou seja, *sou homem, e nada de humano me pode ser estranho*. Diz-se também, e a ideia foi feliz, que o Renascimento começa no dia em que a Petrarca, no princípio do século XIV, lhe ocorreu fazer uma excursão. Subiu a uma montanha, e desde o topo contemplou a paisagem. Ao fazê-lo teve uma estranha sensação que o levou a dizer algo como *caramba, que bonito é tudo isto*. Era uma sensação ou um pensamento inovador, inédito na sua época, e, portanto, pecaminoso. Era, como em Terencio, um pensamento antropocêntrico: prescindia de deus e da religião, atrevia-se a contemplar a natureza partindo de si mesmo. A natureza e o homem, a beleza daquela e o olhar deste, não estavam consagradas à divindade, não aconteciam em função de deus e da sua manifestação na criação, mas simplesmente em virtude do gozo estético que um homem, enquanto tal, experimentava. Abria-se uma porta, depois dos mal ou bem chamados séculos obscuros, que não faria mais do que se ampliar.

Parece fora de dúvida que a visão antropocêntrica própria do humanismo contém valores universais de signo indubitavelmente positivo. Ao colocar o homem acima da criação - o rei da criação, dizia-se - faz das coisas humanas o máximo valor. A própria vida do homem, para começar, passará a ser o mais valioso de tudo quanto podemos conhecer. Tudo aquilo que promova a vida e o seu desenvolvimento é positivo. Tudo o que a empecilhe ou destrua, negativo. Parece claro, mas é necessário perguntarmo-nos se semelhante antropocentrismo continua todavia vigente. A consciência ecológica hoje é já património de todos, quando os factos a tornam inevitável. Em tal consciência o homem aparece como um elemento de um sistema que está acima dele, a famosa Nave Terra. As visões antropocêntricas puseram em perigo a Nave Terra e com ela ao próprio género humano, cuja actividade se tornou suicida. Na visão ecologista o homem já não é o rei da natureza, mas parte dela. O antropocentrismo e as suas consequências lógicas, por exemplo o conhecido *crescei e multiplicai-vos, o dominai a terra* mostram-se agora como sementes de um suicídio colectivo. O antropocentrismo já não é bom. A base do humanismo deve ser removida.

Não podemos separar a cultura da religião. O humanismo é classicismo e é cristianismo, ou, se se preferir, judeo-cristianismo, englobando este a cultura clássica que tão bem soube assimilar. Essa cultura-religião é profundamente diferente das outras, como o budismo. O núcleo central, o germen mais primordial do judeo-cristianismo é uma vocação de domínio da natureza, que procede da convicção de que essa natureza é imperfeita, porque está contaminada pelo pecado original. A natureza, como o homem, tem de ser redimida. Essa é a grande missão humana, a consagração do mundo à divindade. Daí nasce um grande programa histórico, que é o domínio do mundo, para o cristianizar e redimir. A natureza é vista como um grande teatro de operações onde tem lugar a cristianização, e a história é, ou deverá ser, o processo de domínio da natureza e de extensão do reino de deus. A cultura-religião ocidental tem uma missão histórica a cumprir, e em nome dela pode considerar os povos afastados da sua fé e da sua missão como elementos todavia não redimidos, aos quais há que levar

uma religião, um estilo de vida, e em definitivo. como a história mostra, uma forma de organização social e política.

Radicalmente distinto é o budismo. Aqui, a natureza é a fonte de todo o bem, ou simplesmente a fonte do ser, do único ser, eterno e perfeito. O homem é só uma parte dela; aceita as coisas naturais como tais, incluindo a pobreza, a fome e a morte, contra as quais não há rebelião, ou apenas circunstancial e elementar. A sua aspiração é alcançar o nirvana. Não existe a menor ideia de uma missão histórica como a anteriormente descrita, nem sequer a pretensão de criar uma comunidade política racional ao estilo das clássicas, nem a necessidade de dominar a natureza por meio da razão, que para os budistas não é discursiva, mas simpática. Segundo o exemplo clássico, se damos uma flor a um ocidental e outra a um budista e lhes pedimos que a estudem até chegar a conhecê-la, o ocidental dissecá-la-á, separará as suas partes para poder identificá-la e chegar a classificá-la. O budista que pratica zen fará os seus exercícios mentais até chegar a sentir-se flor. O ocidental terá destruído a flor para a conhecer, o budista não. Mas esta atitude, que pode resultar muito simpática em certas circunstâncias, impede o desenvolvimento de formas sociais e económicas complexas. Num interessante artigo publicado na revista da Fundação Alexander von Humboldt, de Julho de 1995, o professor Chetana Nagavaraja da Universidade Silpakorn em Nakorn-Pathom, observando as dificuldades da Tailândia para fazer acompanhar o seu grande crescimento económico de um desenvolvimento das formas sociais e económicas no estilo ocidental, propõe expressamente que se cultivem ali as humanidades clássicas europeio-ocidentais, que lhe parecem imprescindíveis para tal fim. Se queres capitalismo, empapa-te de clássicos.

Estou convencido de que quase todos, se não todos os leitores, pensarão que se há que comparar, é mais interessante, melhor ou simplesmente superior a cultura-religião ocidental. Fomos nós os que escrevemos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e não eles. Acabamos com muitas enfermidades, criamos condições para que não haja fome, nem injustiças. A razão discursiva fez-nos donos de nós próprios, permitiu que compreendessemos também os budistas, etc. Não é necessário continuar. O humanismo, que é a coluna vertebral da nossa cultura-religião, alimentou valores universais benéficos para a humanidade. Mas...até aqui chegamos.

Em 1944, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, que como outros pensadores da Escola de Frankfurt se tinham mudado para os USA, deram a conhecer a primeira redacção da sua obra conjunta *Dialektik der Aufklärung*. Por *Aufklärung* não se entende a Ilustração do XVIII, o chamado Século das Luzes, mas algo assim como aquilo a que chamei cultura-religião, a razão ou racionalidade europeias. Agora dispomos de uma tradução com excelente introdução de Juan José Sánchez, de 1994. Não se estranhe o atraso na tradução, porque foi geral. A tese central surge (cito da mencionada introdução) da experiência dolorosa de que "*a humanidade - escrevem em 1944 - não só não avançou para o reino da liberdade, para a plenitude da Ilustração, como antes retrocede e se afunda num novo género de barbarie*". Podemos imaginar o que diriam hoje, neste ano do Ruanda e da Bósnia e de tantas outras desgraças esquecidas por quotidianas; do recolher obrigatório para os jovens em muitas cidades dos Estados Unidos, como se houvesse um estado de guerra, de uma nova guerra distinta, mais civil do que nenhuma outra. Não me interessa agora aprofundar sobre as discussões científicas suscitadas por esse livro de Horkheimer e Adorno, nem na sua utilização a partir de posições divergentes. Interessa-me apenas tornar presente como em pleno século XX, no debate sobre a modernidade e o seu

terminus, se põe em questão tudo aquilo que, até há pouco, parecia ser a grande conquista histórica da cultura-religião europeia-ocidental. Ninguém sabe, de momento, como vão ser as ideias socialmente dominantes na pós-modernidade, nem tão pouco o seu sistema educativo. Parece claro, porém, que não será o que foi.

Alguns pensarão, contudo, que o humanismo contém valores cuja vigência está acima de tudo, que apesar das páginas negras da história, sempre estarão lá para regressar quando seja possível e conveniente. Parece que sempre será útil e interessante voltar a Tucides e ler o discurso que põe na boca de Péricles para honrar os atenienses mortos em combate, fazendo um elogio da sua cidade, pela qual vale a pena morrer. Segundo Péricles, o facto de ser ateniense garantia coisas tais como ter um gosto refinado e comedido e até uma personalidade encantadora. Atentemos agora naqueles valores que antes mencionava, o amor à república, a sobriedade, a honra, a perfeição pessoal em suma. Aqui podemos ser imediatamente acutilantes: foi o capitalismo avançado, a nossa sociedade actual a que destruiu tais valores. Ainda que seja adiantar-me algo, não posso deixar de colocar a pergunta obrigatória: para que queremos voltar ao humanismo se nós próprios o destruímos? Acaso condenamos a sociedade capitalista avançada e desejamos pôr outra no seu lugar? Qual, por certo? Acaso uma em que o humanismo se sinta em casa? Temo que os sociólogos e os historiadores mais lúcidos nos diriam que isso já não é possível, que o relógio da história não pode andar para trás.

Houve momentos estelares na história do ocidente, no dizer de Agnes Heller. Um deles foi a Atenas do século de ouro, o outro algumas repúblicas italianas do renascimento. Nesses lugares e épocas deu-se uma situação excepcional: o genérico e o particular coincidiram. Por outras palavras: os interesses do estado - ou da sociedade - e os do indivíduo eram os mesmos. Este ao viver para si, fazia-o para o estado. Ao perseguir a sua própria satisfação, procurava também a da colectividade. Já disse que foram situações excepcionais, e para não me espriar sobre tão curiosos casos, direi somente que em ambos se dava uma descarada exploração económica de outros povos, outras sociedades, o que lhes permitia evitar todo o conflito interior. Incluso, em vez de pagar impostos, receber algo do estado. É claro que isto não pode ser mais do que excepcional, no tempo e no espaço. Serve-nos para demarcar a questão, que neste caso não é pergunta mas constatação: os valores socialmente aceites no nosso mundo ocidental actual não são os do humanismo, mas antes o contrário. Pensemos na concorrência entre indivíduos para alcançar metas de satisfação material apenas individual, nunca completa por muito que se tenha. Daqui devia depreender-se que o humanismo começou a decair, na consideração social geral, quando a sociedade capitalista se instalou com todas as consequências, como se fossem dois mundos antitéticos. E assim foi na realidade.

Sustentei que as humanidades contém uns valores que pareciam universais na sociedade ocidental anterior ao capitalismo avançado. Não quero com isto dizer que esses valores tenham morrido, nem que para sempre venham a carecer de interesse, como veremos mais abaixo.

Disse antes que os valores humanísticos que encontramos nos clássicos procedem de uma determinada leitura, que procura e encontra esses e não outros. Devo acrescentar agora que essa não é a única leitura. Talvez não se torne necessário dizer algo que parece tautológico, a saber, que cada época faz dos clássicos uma leitura própria. No momento presente proliferam leituras dos clássicos que procuram saber o

que se passava com as mulheres, com o mundo afectivo em relação à criança, com a homossexualidade, e outras coisas que traduzem imediatamente as inquietudes da nossa própria época. Existem muitas leituras possíveis, algumas das quais nunca foram experimentadas e quiçá sejam agora inimagináveis para nós. Não é por conseguinte correcto pronunciar-se acerca da vigência das humanidades como se esta estivesse determinada de uma vez por todas. O Império Romano oferece-nos uma maravilhosa lição, nesta época de nacionalismos selvagens, de purezas étnicas, de intolerâncias religiosas, ao ter sido capaz de reunir numa imensa entidade política povos que tinham diferentes culturas, religiões, línguas e tudo o que queiramos imaginar. Que eram de cor mais ou menos branco, até chegar ao negro. No império destacou-se radicalmente o étnico do político, de modo que se fizeram independentes. Uma pessoa podia manter tudo o que lhe era próprio, como povo e como cultura, e apenas enquanto homem político, enquanto cidadão, ser romano. A sociedade estava baseada na lei civil, considerada um acordo entre os membros da sociedade com o objecto de conseguir a utilidade pública. E esta ideia de utilidade comum, de república, chegou a ser considerada como mais alta, mais importante do que a comunidade étnica. Em vez de estudar as campanhas militares de Júlio César, poderíamos ensinar aos nossos estudantes como se constrói um estado interétnico, interconfessional, intercultural. Esse tipo de valores, que estão como que reclamando a nossa atenção, têm hoje a mais absoluta das vigências.

Mas, nem todas as pessoas pensarão assim. Sem dúvida que não pensa assim quem alimentou o nacionalismo que dilacera os Balcãs nos nossos dias. E não o faz porque previamente tomou uma opção contrária a tais valores, porque aposta num estado unicultural, uniétnico, etc. Quer dizer, adoptou uma posição política determinada. E este é o núcleo da questão, a dimensão política da nossa atitude face às humanidades, que determina a sua vigência, o seu interesse. Como sucedia nas ciências, segundo vimos, também o humanismo está construído por nós e para nós.

De tudo o exposto infere-se a incorrecção daquela *communis opinio*, expressamente defendida por Charles P. Snow e Bertrand Russel, a saber, que a cultura humanística deve servir de guia às ciências e à técnica para que não se pervertam. Em primeiro lugar, podemos constatar facilmente que, até agora, as humanidades não guiaram nunca as ciências nem a sua aplicação prática. Parece, lendo estes autores, que tinha havido um tempo em que as coisas eram melhores, antes de ciências e letras se terem tornado estranhas. A experiência deste século XX mostra como, em definitivo, o que se impõe são os interesses prático-reais de uma sociedade. Que frente a esses interesses os humanistas possam fazer prevalecer outra ideia acerca de como deve ser a sociedade é pura ilusão, inclusive mesmo em termos teóricos: aceitar esse papel das humanidades seria como negar a existência de outras forças mais profundas, estruturais, que dão a uma sociedade uma dinâmica particular. Devemos ser realistas. Como diz Mário Bunge, se houve alguma vez animais subjectivistas, dos que não aceitam a existência autónoma do mundo exterior, ou morreram muito jovens confrontados com o mundo que negavam, ou foram nomeados professores de filosofia⁴.

Por outro lado, as ciências têm elas mesmo o germen e a possibilidade de orientar-se de uma ou outra forma. Não só como possibilidade; de facto orientam-se sempre de acordo com os pressupostos e objectivos próprios do paradigma científico, que os inclui indefectivelmente. No momento presente, a influência do contexto social nos objectivos da investigação é tão notória como sabemos todos os que algumas vez

folheamos um programa científico para solicitar ajuda financeira. Algumas disciplinas e certos temas financiam-se, outros não.

Em que lugar deixamos então a confrontação entre ciências e letras, ou mais em geral entre as ideias e a praxis, de cuja existência também não devemos duvidar? No meu parecer, a resposta é clara. Essa confrontação produz-se dentro de uma sociedade determinada, num momento determinado, em circunstâncias particulares. Em termos teóricos poder-se-ia aventurar que tal confrontação se produzirá quando a mudança social ou histórica der lugar a uma dissociação entre as ideias dominantes e a praxis social. Fui testemunha, durante uma visita ao Yemen do Norte, do desespero de um pai cujo filho se recuperava de uma operação num hospital a cargo de cooperantes cubanos, ao sentir que a ciência médica se interpunha no caminho de Alá, único dono da vida do seu filho. Os médicos tiveram que interromper o tratamento. É o mesmo confronto, na sua lógica interna, que existe entre as virtudes humanísticas da humildade e da abnegação e o que nos pregam os ídolos sociais de hoje.

Mas voltemos aos temas originários. É um facto que as humanidades estão em má hora, na nossa sociedade de hoje. É isto aceitável, em virtude das grandes questões histórico-sociológicas que assinalemos? É, pelo contrário, condenável? Que queremos fazer? Que podemos fazer?

De imediato afirmarei sem rodeios que, na minha opinião, o abandono das humanidades é pernicioso, e devemos fazer algo para o evitar. Não, evidentemente, para revitalizar um corpo que já não tem salvação; não por nostalgia de um mundo que parece ter sido melhor. Inclusive, em virtude dos grandes valores humanísticos é necessário colocá-lo de outro modo. Isso fez C. P. Snow na sua segunda perspectivação, chegando à desesperada conclusão de que os urgentes problemas do nosso mundo parecem pedir de preferência uma solução técnica, não sendo capaz de dizer como se podem conjugar uma atitude literária ao gosto europeu e um decidido apoio às ciências. Com as suas próprias palavras *"Agora não posso deixar de fazer uma pergunta. Não é uma pergunta retórica, e não conheço a resposta. Seria uma satisfação sabê-la: a pergunta é esta: até que ponto é possível partilhar das esperanças da revolução científica, das módicas e difíceis esperanças para outras vidas humanas, e ao mesmo tempo participar sem reservas no tipo de literatura que acabamos de definir?"*.

Vou ensaiar uma resposta parcial a esta pergunta, que é mais ou menos a mesma que a que nos interessa. Para terminar rapidamente fa-lo-ei sob a forma de breves proposições.

1. As ciências e as humanidades são filhas da sociedade que as cria e as cultiva. Não têm existência própria à margem do fenómeno social. As humanidades, tal como as conhecemos, são filhas da sociedade europeia que desde o século XVI e com mais força desde o XVIII faz uma determinada leitura dos clássicos. São as humanidades da sociedade capitalista ou, com uma designação mais ampla, da modernidade. A modernidade está agora esgotada, face a uma post-modernidade todavia só pressentida. As suas humanidades também parecem esgotadas, e a isso respondem os novos programas educativos.

2. Mas na medida em que a cultura clássica contém as raízes da nossa cultura europeia-ocidental, e isto é inquestionável, não pode ser esquecida nem desaparecer da nossa educação. A visão dos clássicos construímo-la desde o nosso presente, que nela aparece reflectido, fundamentado, legitimado, e que por isso pode servir a uns e a

outros, a gregos e a troianos. Quiçá seja a ausência de criatividade do nosso presente, que se observa de forma notória na arte e no pensamento, a que explique o desinteresse pelo clássico. A sociedade do futuro deverá criar as suas próprias humanidades, que serão distintas das que conhecemos, como de facto já começam a ser.

3. Desde os finais do século XIX, e de forma clara no século XX, deu-se um fenómeno de máxima escala, que Ortega y Gasset chamou *A rebelião das Massas*. Ampliou-se extraordinariamente a parte da sociedade que acede ao ensino, que participa nos acontecimentos culturais, e mudaram os agentes que dão o tom e a medida à sociedade. Qualquer pretensão relativa a um fenómeno social como a educação e a cultura deve ter em conta esta mudança, sob pena de ser inoportunamente elitista e, portanto, condenada ao fracasso na sua dimensão social

4. Qualquer proposta sobre o papel que devem jogar as humanidades na nossa sociedade, se não quer ser justamente intitulada de corporativista e inoperante, tem de partir do facto de que o ensino, oficial ou privado, não é já a única instância educativa. A televisão e outros meios de comunicação jogam um papel importantíssimo, e não teria sentido que os educadores tratassem de transmitir uns valores e atitudes de pensamento que a televisão, sistematicamente, repudia ou ignora em favor dos seus contrários. Os pais e educadores que queiram favorecer o estudo das humanidades e dos valores que estas contêm, não devem cair na contradição que supõe proporcionar, na vida diária, em simultâneo, valores opostos.

5. Ouve-se falar de um novo humanismo para uma nova sociedade. Parece legítimo pensar que a Cultura Clássica, a História, a Filosofia e a Literatura contêm valores universais cuja vigência não está esgotada. A vida humana, a sua dignidade, liberdade, justiça, honradez, mas também o uso da razão, a promoção do conhecimento e tudo quanto contribua para criar uma mentalidade crítica, activa e positiva em relação a esses valores, deve ser cultivado. Em pura lógica, tudo o que os negue deve ser combatido. Do mesmo modo que uma criança criada no isolamento não poderá nunca aprender a falar, se não se estimula o seu pensamento nunca poderá aprender a pensar. Se não conhece as raízes da cultura e da civilização em que vive nunca poderá estar bem situado no mundo. As humanidades contêm as raízes da nossa cultura ocidental, e podem ensinar o caminho para se aproximar de outras, para ser tolerante e para conceber a natureza e a vida como algo enriquecido pela diversidade. As humanidades, a História, a Filosofia e a Literatura em geral contêm um imarcescível caudal de conhecimentos que podem proporcionar ao homem a consciência da sua identidade como indivíduo. Podem ser a base da sociabilidade do indivíduo, mostrar-lhe o carácter histórico, não dogmático das ideias e das acções humanas, e permitir-lhe desfrutar de um inesgotável caudal estético. O possuir tais conhecimentos, em maior ou menor grau, deveria ser um direito humano elementar especificamente reconhecido. Mas só se realçarem e cultivarem os mencionados valores, poderão as humanidades, no futuro, cumprir um papel educativo e emancipador. De outro modo, como já aconteceu no passado recente, poderão servir para o contrário. Nestes tempos de grandes desgraças humanas produzidas pelos homens a frase de Terencio *sou um homem: nada do que é humano me pode ser estranho* antes mencionada suscita mais inquietação do que nunca. As humanidades deveriam hoje e deverão no futuro semear, cultivar e fazer amadurecer a nossa inquietação. Mas só poderão cultivar essa inquietude emancipadora ali onde esta tenha cabimento. Parece não o ter na nossa sociedade actual, que por isso as rechaça.

NOTAS

* Departamento de História I. Universidade de Santiago.

¹ Versão reformulada do relatório apresentado no encontro da associação espanhola da Fundación Alexander v Humbolt, Santiago de Compostela, 1995; publicado na revista *Mientras Tanto*, Barcelona, 68-69, 1997.

² HITLER, A - *Mein Kampf*. Munich, 1934, p. 469 e segs.

³ Citado por L. CANFORA - *Ideologías de los estudios clásicos*. Madrid, 1991, p. 93, nota 2.

⁴ BUNGE, Mario - Realismo y antirrealismo en las ciencias sociales. *Mientras Tanto*, Barcelona, 61 1995.